

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ACAMPAMENTO DEZ DE MAIO: A LUTA PELO DIREITO A EDUCAÇÃO

MATINHOS

2014

GILMAR MONTEIRO

ACAMPAMENTO DEZ DE MAIO: A LUTA PELO DIREITO A EDUCAÇÃO

Relatório de pesquisa apresentado como requisito parcial para conclusão do Curso de Especialização Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professora Orientadora: Cristiane Rocha.

MATINHOS

2014

Sumário

1.INTRODUÇÃO 5

2.OBJETIVO 7

3.FUNDAMENTAÇÃO TEORICA 8

3.1 A OCUPAÇÃO DA FAZENDA ARAUPEL EM QUEDAS DO IGUACU: ANTECEDENTES HISTÓRICOS. 11

3.2 DA LUTA PELA TERRA A LUTA PELO DIREITO A EDUCAÇÃO.12

4.ESCOLA ITINERANTE: Onde Tudo Começou.14

4. 2 ESCOLA ITINERANTE NO ACAMPAMENTO DEZ DE MAIO:15

4.3 A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES:17

5. CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO: Desdobramentos no Aspecto da Educação.17

5.2 PRÁTICA E CONTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS NA COLETA DE FONTES HISTÓRICAS.19

6. METODOLOGIA20

7. RESULTADOS:21

8. CONSIDERAÇÕES24

9. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA26

Palavras chave: Escola Itinerante, luta, Movimento Sem Terra, acampamento, educação.

RESUMO: O artigo apresentado descreve o processo de luta das famílias do assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu, especialmente as pertencentes ao acampamento Dez de Maio, que buscam o cumprimento do direito ao acesso à escola. A luta está entrelaçada com um objetivo ainda maior, que é a conquista da terra. O acesso à escola é conquistado num primeiro momento (junho de 1999), pela forma convencional de educação a qual, nos estamos habituados e ver e estudar. Posteriormente as famílias implantam no acampamento uma nova forma de ensino conhecida como Escola Itinerante. A experiência que começou no Rio Grande do Sul ganhou força e se espalhou por outros estados, onde o Movimento Sem Terra está organizado. Ela combina a participação dos próprios acampados no processo de ensino, participação das famílias na escolha dos educadores, e ainda a parceria com o Estado que garante recursos financeiros, estruturas, materiais didáticos e a legalidade do ensino. Este processo que iniciou em 2004, perdura até o ano de 2008 nas escolas municipais, quando o município assume após três anos da implantação do assentamento.

INTRODUÇÃO

Este artigo mostra em síntese, como se deu o processo de luta pela educação no acampamento Dez de Maio, ocupação ocorrida nesta data no ano de 1999, em Quedas do Iguaçu, região Sudoeste do Paraná. O desenrolar desta ação, culminou com a constituição da escola Luiz Carlos Prestes - Ensino Fundamental - Séries Iniciais e Escola Olga Benário Prestes- Ensino Fundamental e Ensino Médio, que hoje se localiza no mesmo espaço do acampamento, cujo nome é, uma referência à data da ocupação. A luta iniciada por estas famílias ganhou o reforço de um novo acampamento, com 800 famílias na mesma área, no ano de 2003. Esse processo de luta realizado pelos dois acampamentos resultou na criação do Assentamento Celso Furtado com 1.300 famílias, no ano de 2005 e a criação de 10 escolas municipais e três escolas estaduais.

A escola teve seu início no acampamento Dez de Maio, em junho do mesmo ano da ocupação. Ela passou a funcionar, com Ensino Fundamental, improvisada em um barracão que a empresa proprietária, utilizava para guardar insumos agrícolas. Os docentes vinham da cidade de Quedas do Iguaçu e eram selecionados por testes seletivos, ou indicados pela Secretaria de Educação. Já os alunos do Ensino Médio, eram levados até a cidade - sede do município, por meio do transporte escolar. Esta forma de organização durou até o ano de 2004, quando este processo foi interrompido com a implementação da Escola Itinerante¹.

Nesse período de seis anos de ocupação, também houve troca de governos na esfera municipal, estadual e federal. Dentro deste contexto, as mudanças na educação, ora ocorreram por reivindicação das famílias organizadas, através do Setor de Educação do MST, ora, por posição dos governos municipal ou estadual, que por interesses ou por cumprimento a lei, posicionava-se a respeito da situação. A análise e vivência desse processo, deixou claro que as famílias deste acampamento, desde o seu início, incorporaram dentro da luta pela terra, a luta pelo direito a educação. Primeiro na forma “convencional” de ensino, estático, ao qual estamos habituados, onde a escola possui um local fixo, limitado a quatro paredes. Após inaugurando uma forma diferente de escola, o regime de itinerância.

O regime de Itinerância apresentou-se, como uma alternativa ao modelo tradicional, não apenas para este acampamento, até porque é uma experiência iniciada do Rio Grande do Sul. Forjada a partir de uma necessidade concreta da luta dos movimentos sociais, ela foi pensada para dar conta de uma realidade que não é majoritária, mas que precisa ser compreendida como uma especificidade, criada pela luta dos sem terra. Não é nada mais do que o cumprimento de um direito que está assegurado na Constituição Federal e na **Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB n 9394/96**, que reconhece a diversidade do campo, sendo que o artigo 28 determina a adequação das escolas a vida do campo de maneira a proporcionar as populações, o amplo acesso à escolarização.

Nesta nova dinâmica de escola, para ser professor, é necessário morar no acampamento, ser indicado pelas famílias acampadas, ter disponibilidade para

participar das capacitações pedagógicas, uma vez a cada mês, fazer planejamento semanais conjunto e ainda prosseguir seus estudos. Esses educadores “(...) Ora educam, ora são educados pelas experiências de convivência e partilha de vida no acampamento” (MST 2001- p. 18) O fato de morarem no acampamento, faz com que sejam vistos diariamente, pelos pais, vizinhos que os indicaram. Isso permite também, que sejam elogiados ou criticados. Por conviverem com as crianças/ alunos servem de referencia, negativa ou positiva. De fato os educandos eram observados o tempo todo pelos pais e alunos na convivência do dia-a-dia.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo resgatar e registrar o processo de luta pelo direito a educação no Acampamento Dez de Maio, em Quedas do Iguaçu Paraná, realizado pelas famílias do Movimento Sem Terra. A ocupação ocorreu no dia 10 de maio de 1999, e a efetivação do assentamento ocorreu em 2005, porém os desdobramentos deste acontecimento, continua até os dias de hoje. Buscou-se compreender os fatos mais importantes, mas não só os fatos, o porquê dos fatos, bem como os desdobramentos desta conquista, considerando os sujeitos envolvidos no processo; Como as famílias acampadas tratavam a educação; Qual amparo legal a escola tinha para funcionar em período de acampamento; Como a escola era mantida financeiramente; Qual a importância da escola no acampamento; Qual a contribuição da Escola Itinerante na formação dos educadores, bem como no ingresso dos mesmos ao magistério; Como se organiza uma escola Itinerante; Envolver os alunos no processo de resgate de documentos históricos como fotos do tempo de acampamento; Quais limites e desafios nos apontam esta experiência.

Objetivou-se escrever a história sob o olhar de quem a faz (as famílias assentadas), ou de quem ajudou fazê-la, já que estive inserido neste processo. Esse trabalho também teve como meta, contribuir com o Movimento Sem Terra, através do registro da luta das famílias acampadas/assentadas que por meio da sua organização conquistaram o latifúndio da terra e agora buscam ocupar e conquistar o latifúndio do saber., escolas e universidades. A pesquisa realizada além de nos fornecer elementos para melhor compreensão da educação e da luta pela terra,

servirá para que futuras gerações consigam conhecer melhor a luta protagonizada pelo MST, que conforme já citado, não se limita apenas a conquista da terra, mas também: educação, melhores condições de vida e mudanças no modo de produção atual capitalista.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Ao analisar a trajetória da humanidade nos seus diferentes períodos históricos, MARX e ENGELS em o *Manifesto Comunista* fazem a seguinte afirmação: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classe” (p.8). Com exceção ao período chamado de Comunismo Primitivo, “onde o direito aos recursos básicos era coletivo e não havia direitos hereditários e nem domínio autoritário ou exploração econômica ou ainda sociedade de classes” (p.73), sempre houve a exploração dos homens pelos homens, conforme nos alertam estes autores.

Segundo MARX e ENGLES (1948)

Na Roma Antiga, temos patrícios e plebeus; na Idade Média, senhores feudais e servos” e na sociedade capitalista que nasceu da decadência do feudalismo surgem os burgueses representando a classe dominante e os proletários, representante da classe trabalhadora. (p.73)

O Brasil parece ter seguido este curso, pois as desigualdades sociais é uma realidade latente. Segundo CARTER (2006 p.27), “o Brasil é uma das nações de maior desigualdade social do mundo”. Ainda de acordo com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2005), no Brasil “os 10% mais ricos detêm 46% da renda nacional, enquanto que os 50% mais pobres possuem apenas 13%. Já os recursos combinados das 5.000 famílias mais ricas do país (0,001%) constituem 40% do Produto Interno Bruto (PIB) da nação”. Se voltarmos nosso olhar para o campo iremos perceber que a desigualdade é ainda maior neste setor.

Para estudiosos da questão agrária, como João Pedro Stédile, o surgimento dos movimentos sociais no campo em nosso país, está ligado na maioria dos casos ao fato, da terra estar concentrada nas mãos de poucas pessoas. Este processo teve sua origem com a ocupação portuguesa, iniciada no ano de 1500. De acordo

com STÉDILE, “a primeira forma de distribuição de terras no Brasil, foi o sistema de capitanias hereditárias” (1997, p.9), forma pela qual modelo, a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários, que eram sempre membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviços à Coroa (STÉDILE, 1997, p.9). O donatário por sua vez, tinha o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania que era chamada de sesmarias, entregues aqueles que além de interesse, apresentassem recursos para explorá-las.

No período de 1850, o Brasil passava por transformações sociais. Crescia a pressão externa da Inglaterra e interna de intelectuais contra a escravidão. Percebendo que seria inevitável a libertação dos escravos, a Coroa tratou de legislar o processo de posse, para que o acesso a terra fosse mais restrito. De acordo com STÉDILE (1997, P.10), isso asseguraria a disponibilidade da mão de obra barata, já que os escravos libertos deveriam permanecer nas fazendas como trabalhadores assalariados.

Nesta época, a Europa também passava por um período de tensão social, que era agravada pela crise no campo. Crescia o número de camponeses pobres que migrariam para a América, porém esses camponeses já tinham uma tradição de propriedade de terra, não viriam trabalhar de assalariados rurais, queriam ser proprietários. Conforme STÉDILE foi dentro desse contexto que Dom Pedro II promulgou a lei n 601, de 18 de setembro de 1850 - Leis de Terras que definiu a forma como seria constituída a propriedade privada da terra no Brasil.

Segundo STÉDILE:

“Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro para a Coroa”.(STÉDILE 1997, p.11).

Nem índio, nem escravo, nem pobre de qualquer origem, tinham dinheiro para legalizar ou comprar terras. Por outro lado os donos das sesmarias regularizaram suas posses, tornando-se grandes latifundiários. De acordo com STÉDILE, “a nova lei determinava também que para adquirir terras só seria possível mediante pagamento da mesma”. (1997, p.11) Em razão da Lei de Terra ser tão

discriminatória, surgiram vários movimentos que tinham como objetivo o acesso a terra.

Na constituição de 1946, pela primeira vez se falou na necessidade de uma Reforma Agrária. Isto se deu graças a forte bancada do Partido Comunista Brasileiro liderado pelo Senador Luís Carlos Prestes, que apresentou uma proposta de reforma no modo de divisão da terra. Segundo a proposta, “todas as terras mal utilizadas deveriam ser desapropriadas e voltar para o Estado que a redistribuiria a quem de fato quisesse produzir” (STÉDILE, 1997, p.12) As teses de Prestes foram derrotadas pela ampla maioria conservadora do Parlamento. Porém o debate trouxe como resultado a possibilidade do governo desapropriar terras, se isso fosse de interesse social, um avanço para a época.

Em 1979, se reinicia a luta pela terra no sul do Brasil, com a ocupação das fazendas Macali e Brilhante em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. As ocupações que se espalharam por grande parte do território Brasileiro, deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, que teve sua criação oficial, no ano de 1984, em um encontro ocorrido em Cascavel, no Estado do Paraná. Embora a conquista da terra seja o objetivo principal das famílias que fazem parte do MST, este movimento ampliou seus objetivos, e tem como uma de suas principais bandeiras: a luta pelo acesso a educação.

Já nas primeiras ocupações em 1979, foram organizadas aulas para os estudantes em idade adequada as séries, e alfabetização de jovens e adultos dentro dos acampamentos. Segundo CALDART 1999 “as primeiras a se mobilizarem foram às mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do Movimento.” Após experiências que permitiram um maior amadurecimento, o MST decidiu que as discussões sobre educação e escolas, deveriam passar por dentro da organização.

Com o proposito de fazer com que as definições tomadas a respeito da educação fossem postas em pratica, em 1993, foi criada a primeira escola de magistério do MST, no município de Braga, Rio Grande do Sul. A escola tinha como objetivo, capacitar os professores, para discutir/criar uma proposta pedagógica que atendesse a realidade das famílias Sem Terra. Parfraseando. CALDART “a partir

daí o MST incorporou a escola em sua dinâmica, e esta passou a ser vista como direito dos Sem Terras e dever do Estado”. A escola passou a ser vista também, como um espaço de busca de conhecimento e formação de consciência da classe trabalhadora/camponeses.

Para alguns estúdios, ter incorporado a bandeira da luta pela educação, como uma de suas prioridades, provavelmente seja o grande diferencial do MST, em relação aos outros movimentos sociais do campo. É claro que hoje vivemos um momento conjuntural diferente daqueles vividos pelos movimentos que os antecederam, mas a luta pela conquista do “latifúndio do saber”, conforme é dita pelos seus integrantes é sem dúvida muito importante, porque rompe certos estereótipos de que camponês não precisa de escola, camponês não precisa estudar. Há hoje dentro da organização do Movimento Sem Terra um consenso de que o estudo pode ajudar na melhor compreensão e resolução dos problemas, bem como, na ampliação da consciência política dos mesmos.

3.1 A OCUPAÇÃO DA FAZENDA ARAUPEL EM QUEDAS DO IGUAÇU: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.

Nos anos de 1996-1997, a Reforma Agrária foi um tema bastante debatido em toda sociedade brasileira. Os meios de comunicação, embora sendo defensores da propriedade privada da terra, enfatizaram bastante a problemática agrária. Como nesta época afluía o debate sobre a questão da terra, em 1997, o MST, realizou uma marcha nacional. De vários pontos do país, saíram grupos de sem-terra, em direção a Brasília, capital federal. Nas escolas, igrejas, sindicatos, universidades, os marchantes realizavam debates sobre os problemas sócias brasileiros, especialmente a questão agrária.

Considerando este momento conjuntural, que a reforma agrária estava em pauta de discussão, o Movimento Sem Terra da região Centro Oeste do Paraná, intensificou a luta pela terra neste local. Após um forte trabalho de base onde se realizavam reuniões nas comunidades com famílias sem terra, foram organizados dois acampamentos: um no município de Rio Bonito do Iguaçu e outro no município de Saudades do Iguaçu. Ambos as margens da PR-158 (MONTEIRO 2001, p.16).

No ano de 1996, os dois acampamentos se juntam, Ultrapassando ao incrível numero de três mil famílias, cerca de treze mil pessoas. Estas famílias realizaram uma das maiores ocupações de terra da história do Brasil, na fazenda Giacomet - Marodim, município de Rio Bonito do Iguaçu, considerada um dos maiores latifúndios do sul do país com 87.167,51 ha. Destas ocupações se “originaram os assentamentos Ireno Alves dos Santos no ano de 1997 e Marcos Freire no ano de 1998”, (MONTEIRO 2001, p.16)

Acampamento Dez de Maio: No ano de 1999, mais uma vez a luta pela conquista de terras do latifúndio da Araupel foi retomada. As famílias excedentes dos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos montaram novamente um acampamento, as margens da PR- 158, entre os municípios de Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu. A eles se juntaram outras famílias de Quedas do Iguaçu, municípios da região e também do Paraguai (brasiguaios). Num curto período de tempo, já havia totalizado o número de 1800 famílias neste local.

Das 1800 famílias deste acampamento, cerca de 1300 seguiram na madrugada do dia 10 de maio até o município de Quedas do Iguaçu, onde ocuparam um local denominado de “Bacia”, assim chamado por ter o formato de bacia. Em assembleia as famílias decidiram que a ocupação se chamaria: Acampamento Dez de Maio, uma referencia a data da ocupação. “O acampamento sofreu somente naquele ano duas tentativas de despejo, o que não foi possível devido a grande quantidade de pessoas existentes.” (ROOS 2010, p. 72). Acrescenta-se ainda a forte organização e unidade das famílias que organizaram a resistência.

3.2 DA LUTA PELA TERRA A LUTA PELO DIREITO A EDUCAÇÃO.

Há um consenso em afirmar que a preocupação com a educação, está na origem do MST. Todos os materiais consultados convergem para este entendimento. Na ocupação realizada na fazenda Araupel, no dia Dez de Maio de 1999, em Quedas do Iguaçu, não foi diferente. A luta pela conquista da terra estava

colada com a preocupação pelo direito a escola, fato este que foi demonstrada pelo MST, logo no início.

No mês seguinte, a data da ocupação, o Setor de Educação do MST, deslocou para este local, um dos integrantes de seus membros, que fazia parte da coordenação estadual da educação. Após reuniões realizadas com a direção e coordenação do acampamento, chegou-se a conclusão de que se criaria uma equipe composta por membros do acampamento que juntamente com o representante do setor de educação faria as negociações com o poder público municipal e estadual, o que foi feito. O principal objetivo desta equipe era negociar a criação de uma escola dentro do acampamento que viesse suprir as demandas ali apresentadas. Para discutir esta questão foi agendada uma reunião no final da segunda quinzena de maio

A reunião, contou com a presença do prefeito municipal da época, José Alcides Girdali e a Secretária Municipal de Educação, professora Luciana Lins. Os integrantes da equipe - representantes das famílias acampadas apresentaram uma proposta, que seria a criação de uma escola no acampamento. Os argumentos estavam amparados na Constituição Federal de 1988, onde a educação passou a ser considerado um direito de todos, e na LDB nº 9394/96, que reconhece a diversidade do campo, sendo que o artigo 28 determina à adequação das escolas a vida do campo de maneira a proporcionar as populações, o amplo acesso à escolarização.

A negociação transcorreu de forma bastante tranquila. Não houve nenhuma discordância por parte das autoridades presentes, em relação ao direito a educação. As conversas ficaram mais restritas, na forma de como seria organizada a escola. Por ocasião do que foi acordado em reunião, na primeira quinzena do mês de junho, iniciaram as aulas de Ensino Fundamental séries iniciais no acampamento em um barracão que servia para armazenar insumos agrícolas da empresa Araupel. Estes alunos eram certificados pela Escola Joaquim Felipe de Oliveira, existente no assentamento Rio Perdido, distante uns 15 quilômetros do acampamento. Já os alunos do Ensino Fundamental, Séries Finais, eram certificados pelo Colégio José

de Anchieta, localizado na sede do município, onde os professores do acampamento eram lotados.

Os professores de séries iniciais, Ensino Fundamental eram indicados, ou selecionados por teste seletivos realizados pela Secretaria de Educação da prefeitura de Quedas que era responsável também pelo pagamento. Os estudantes do Ensino Médio foram levados para a cidade e estudavam nas escolas estaduais. No ano seguinte (2.000), a escola passou a ofertar no acampamento, somente as séries iniciais do Ensino Fundamental. Por um descuido das lideranças e das famílias, foi perdido o Ensino Fundamental - séries finais, que assim como Ensino Médio, também passou a ser oferecido nas escolas estaduais da sede do município. Esta forma de organização prosseguiu até o final do ano de 2003.

No segundo semestre de 2003, o governador do Estado, Jaime Lerner, cuja ideologia de compreender e tratar o MST convergia com a do presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, começou juntamente com a polícia e o poder judiciário, uma grande ofensiva contra o MST no Estado do Paraná. A desocupação do Acampamento Dez de Maio na área da Araupel estava dentro deste plano de repressão. Isso só não ocorreu devido a o grande número de família existentes no local e a pressão exercida por várias entidades, especialmente a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Tendo como base esta conjuntura desfavorável, as famílias desta ocupação, juntamente com a direção estadual do MST, definiram que para vencer a “queda de braço” com a Araupel, era necessário reforço. Neste sentido no mês de julho deste ano, outro grupo de famílias, também ligadas ao Movimento Sem Terra, ocupou mais uma parte da área da Araupel, dando origem ao acampamento Abílio dos Santos, onde foi criada a primeira Escola Itinerante no Paraná. Estas famílias iniciaram sua trajetória de luta à beira da BR158, nas proximidades de Laranjeiras do Sul. (MST-2008, p.42). No ano seguinte, o acampamento Dez de Maio, também adota este modelo, que persiste em ambos os acampamentos até o ano de 2008.

ESCOLA ITINERANTE: Onde Tudo Começou.

A Escola Itinerante teve sua primeira experiência no Rio Grande, iniciada no ano de 1996 como “experiência pedagógica” a princípio por dois anos, sendo renovada por mais quatro, até sua aprovação definitiva em dezembro de 2002 (MST, 2008, p. 87). As itinerantes estão vinculadas a uma Escola Base. No caso pesquisado, o vínculo era com o Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio - Iraci Salete Strozack, localizado no Assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçu, pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul Paraná.

A Escola Base é responsável pelo Sistema Educacional de Registro Escolar - SERE, matrículas, transferências, em fim, todo o “aparato” legal, que rege um Estabelecimento de Ensino, bem como as verbas financeiras.

“A Escola Itinerante foi criada para atender estudantes em situação de itinerância, enquanto estão acampadas, lutando pela desapropriação das terras improdutivas e implantação do assentamento”. (MST, 2008, p.81)

Tem como um de seus principais objetivos, fazer com que o andamento das aulas não seja interrompido e o ano letivo não seja comprometido, independente da forma de luta que o acampamento esteja desenvolvendo, seja: marchas, atos públicos, ocupações, ou passeatas... Para isso ser possível, os educadores destas escolas precisam ser integrantes do acampamento, ou sendo de fora, morar nele, acompanhá-lo, de acordo com as ações e a movimentação que o mesmo está tendo. No caso citado, todos os educadores de séries iniciais, Ensino Fundamental, moravam no acampamento.

4. 2 ESCOLA ITINERANTE NO ACAMPAMENTO DEZ DE MAIO:

A experiência de Escola Itinerante iniciada na ocupação José Abílio dos Santos, de certa forma, influenciou a implementação deste mesmo modelo no acampamento Dez de Maio. A discussão da efetivação dessa escola ocorreu num primeiro momento, na direção do acampamento, posteriormente em numa assembleia com as famílias.

A ideia de uma escola dentro do/no acampamento dividiu opiniões. Não houve unanimidade entre os pais em relação à proposta da Escola Itinerante. O principal ponto divergente era em relação aos educadores, que seriam da

comunidade acampada. O argumento utilizado pelas famílias contrárias era de que no acampamento, não teriam educadores suficientes, com formação considerada adequada para atuarem como professores. De acordo com os pais, somente um educador, com formação no magistério, teria condições de atuar por ter cursado o magistério anteriormente.

De fato se considerarmos o magistério de Nível Médio, como pré-requisito para o exercício da docência, os pais tinham razão. Porém, por parte da prefeitura, havia alguns professores atuando sem magistério. Inclusive no acampamento ocorreram casos desta natureza, no entanto essa informação não era levada até o conhecimento das famílias. Também havia relatos por parte dos próprios pais de discriminação por parte de alguns professores em relação aos alunos. Esta informação foi relatada, mas não foi apurada, não há como comprovar, se ela de fato existiu. Havia ainda casos, esses sim comprovados, em que professores eram enviados para trabalhar no acampamento, como uma forma de punição, por terem posição política contrária ao prefeito da época.

No que se refere à rejeição por parte de uma quantidade considerável de pais, em relação à nova forma de escola no acampamento, mesmo após ter passado quase dez anos deste acontecimento, ainda não é possível se chegar a uma conclusão. O fato é que não ocorreram às discussões nos Núcleos de Base (grupos de discussões de dez famílias), como costumeiramente eram feitas nas questões mais polêmicas, que envolviam decisões importantes a serem tomadas no acampamento.

Não há consenso sobre, por que as discussões não foram feitas nos núcleos de base. A explicação dada pelos dirigentes do acampamento na época é de que, não houve tempo para ampliar o debate na base. Há uma hipótese levantada de que isso teria ocorrido de forma proposital, por se temer uma reação negativa por parte das famílias. Outra possibilidade, a mais provável, e de que houve um equívoco ou uma precipitação no encaminhamento da questão.

O que podemos concluir de concreto deste episódio é que foi um erro grave, que quase pôs em risco a proposta da Escola Itinerante. É possível também afirmar

com convicção, que o método utilizado, não foi o mais democrático e demonstra que quando as famílias não discutem, não debatem, não participam das decisões importantes, tende a não concordarem com o que lhe é imposto. Às vezes por não compreenderem sua importância, ou por não se sentirem parte do processo.

4.3 A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES:

Um dos principais critérios para atuar na Escola Itinerante, era ter disponibilidade para prosseguir os estudos, especialmente na área do magistério. Neste sentido eram oferecidos cursos de magistério - Nível Médio pelo Instituto Josué de Castro (escola do MST no Rio Grande do Sul) Pedagogia, realizados em parceria com várias universidades do Brasil. Mesmo assim, após ingressarem na função de docente, os educadores passavam por um processo de formação bastante intenso. Um destes cursos era “a formação continuada, realizada em parceria entre o Setor de Educação do MST, a Escola Base, e a Secretaria Estadual de Educação SEED.” (MST 2008, p.17) Estes cursos ocorriam, uma vez por mês. Também ocorriam encontros estaduais de formação, onde participavam os educadores de todas as escolas itinerantes do Paraná. Nestes casos eram realizados estudos, avaliações, trocas de experiências e planejamentos.

Também ocorriam encontros semanais no acampamento, especialmente nos sábados, onde era realizada uma avaliação das atividades realizadas durante a semana, destacando pontos positivos, limites e desafios. A partir desta avaliação, era feito o planejamento para o trabalho a ser desenvolvido na semana seguinte.

A remuneração dos educadores era feita por um Convênio entre o Estado e a (Associação de Cooperação Agrícola do Paraná) – ACAP. Mesmo sendo apenas um educador contratado, especialmente nos dois primeiros anos, período em que os educadores estavam adquirindo experiência e aprimorando sua formação docente, foram postos dois educadores por série, sendo que o valor era dividido entre ambos, prática comum de trabalho voluntário incentivada no MST.

5. CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO: Desdobramentos no Aspecto da Educação.

No dia 26 de setembro do ano de 2005, acontece a criação do Assentamento Celso Furtado pelo governo Federal. Foram assentadas 1.200 famílias, proveniente dos dois acampamentos nesta área ocupada, localizada em Quedas do Iguaçu. Com o deslocamento das famílias para seus lotes, foram criadas no assentamento três comunidades centrais, onde passaram a funcionar ali, escolas de Ensino Fundamental e Médio. Outras dez escolas de Ensino Fundamental - Séries Iniciais foram criadas dentro do assentamento.

Houve grande resistência por parte do poder público municipal da época, em assumir as escolas de Séries Iniciais do Ensino Fundamental. A argumentação era de que não teriam recursos financeiros suficientes para custear os novos gastos com as escolas, pois a matrícula dos alunos não estavam incluídas no censo do município/governo federal. Com isso o município não recebia verbas do governo federal. A transferência da escola para o município ocorreu de forma processual. No ano de 2006 a prefeitura assumiu a parte pedagógica (capacitação pedagógica e planejamento). Em 2007, ela passa a assumir também a documentação legal (matrícula, transferência e certificação). Em 2008, a secretaria de Educação do município, assume as escolas de forma integral, realizando concurso e contratando professores e demais funcionários.

O processo de criação das escolas nas comunidades ocorreu através de discussões com as famílias e lideranças, e teve a coordenação do Setor de Educação do MST. De forma geral, os critérios utilizados para a escolha do local das escolas obedecia a distancia a ser percorrida pelos estudantes até chegarem às mesmas, considerando a geografia da área. Onde estavam localizados os dois acampamentos, as escolas continuaram funcionando nas estruturas já existentes. Já as novas escolas, foram construídas, por meio de mutirões realizados pelos pais e coordenados pelo Setor de Educação local. Como existia plantio de madeira na área, as famílias cederam algumas delas que foram cerradas de motosserras e utilizadas nas construções das escolas. Na época, a contribuição do poder público foi com pregos, transporte de carteiras e gasolina para abastecer os motosserras. Eram construções simples para não dizer precárias, mas que, naquele momento,

serviram para abrigar as crianças, até que se construíssem novas escolas pelo poder público, fato este que ocorreu no ano de 2009.

Mesmo compreendendo que era direito das crianças e dever do Estado, providenciar as estruturas, neste caso, não dava para ficar “brigando” com o poder público para que fizessem sozinho às escolas. É preciso discernir o momento de “brigar” e o momento de unir forças. Como se tratava de uma urgência e as próprias famílias seriam beneficiadas, as mesmas contribuíram nas construções com trabalho voluntário, prática bastante comum entre as famílias do MST.

5.2 PRÁTICA E CONTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS NA COLETA DE FONTES HISTÓRICAS.

Neste item é necessário fazer um esclarecimento. Havia a orientação por parte da coordenação do curso, de que o TCC, deveria ser a sistematização de uma prática aplicada pelo pós-graduando, em sala de aula com os alunos. Neste caso, a prática foi à coleta de fotos realizada pelos alunos, do período em que as famílias estavam acampadas/assentadas. Desta forma, a atividade passou a ser uma fonte, e não o fio condutor do trabalho.

Estas fotos foram utilizadas de duas formas: Primeiro, obedecendo, uma ordem cronológica, foi montado um painel com as fotografias e a partir deste painel, a história do acampamento/assentamento foi contada na escola as turmas. Segundo, após uma seleção do material coletado, as fotos consideradas mais importantes, foram incluídas nos anexos do trabalho de conclusão do curso.

Uma das funções importantes cumprida por esta atividade foi, o enriquecimento do trabalho escrito – TCC. As imagens fornecidas pelas fotos permitem visualizar detalhes importantes do cotidiano das famílias nesta época. Com isso, é possível uma melhor compreensão da forma de vida das famílias no período de acampamento/assentamento. Sobre esta fonte (imagem), existem estudiosos que sustentam a teoria de que aquilo que é visto, as pessoas absorvem 70%, ao passo que se absorve 30% do que se houve.

Outro benefício ocasionado por este trabalho foi, o estímulo que o mesmo proporcionou aos estudantes e a seus pais, de lembrarem e resgatarem a história de luta por eles vivida para se chegar até a conquista da terra. Há relatos dramáticos de como as famílias se preparavam para resistir a um possível despejo, e pitorescos, ao ponto de ser realizadas denúncias a equipe de segurança do acampamento, pelo fato dos galos da vizinhança não respeitarem as galinhas de outro terreiro. Não há espaço para detalhar estes acontecimentos e nem é o foco deste trabalho, mas não dá pra negar que nos chamam atenção.

6. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi feito num primeiro momento, o levantamento bibliográfico que forneceu o suporte teórico necessário para a melhor compreensão da temática abordada. Foram consultadas bibliografias que tratam dos problemas sociais e das desigualdades brasileiras, especialmente a questão agrária, a luta pela terra e a luta pela educação do campo. Também foram objeto de estudos as experiências em educação, desenvolvidas pelo MST, em áreas de reforma agrária, especialmente das Escolas Itinerantes.

Pelo fato de ter vivenciado este processo, não foram realizadas entrevistas gravadas ou escritas, com roteiros de perguntas previamente estabelecidas. Porém sempre nos casos em que as dúvidas surgiam, foram consultadas pessoas que estiveram envolvidas no processo pesquisado, como lideranças do Setor de Educação, dirigentes políticos do Movimento Sem Terra e educadores, lideranças políticas que ocupavam cargos públicos na prefeitura municipal na época, especificamente na Secretária de Educação. Consultas também foram feitas em documentos legais das escolas, especialmente, da Secretaria de Educação do Município e ainda monografias ou artigos que tratavam do tema.

Em relação à coleta de fotografias, estas foram feitas pelos alunos da escola que resgataram as fotos da época do acampamento/assentamento, em que seus pais, irmãos mais velhos, ou vizinhos haviam tirado. Após a coleta destas informações, os dados foram analisados, e posteriormente sistematizado, chegando a um produto ainda não concluído.

Para a redação do texto, buscou-se ter como fio condutor, os principais processos que envolveram a educação e os sujeitos-atores, desde seu início, tendo como base a data da ocupação, até a consolidação do assentamento e das demais escolas nas novas comunidades organizadas no interior do assentamento. Não escrevi somente como pesquisador do tema, mas como participante. A vivência de grande parte deste processo proporcionou a mim, a observação direta dos fatos ocorridos e acabaram tendo um peso significativo no momento da escrita. Isto se deu, especialmente porque o setor ao qual eu acompanhava, era, o da educação. Antes como integrante do acampamento, e hoje, na condição de professor, e assentado.

7. RESULTADOS:

O tema pretendido como fio condutor deste trabalho, que é a educação, especialmente a Escola Itinerante, se entrelaça com a luta pela terra e se diferencia de outras experiências, até mesmo em acampamentos do MST, pelo fato de, existir o componente da itinerância. Ao mesmo tempo em que se diferencia das lutas anteriores pelo direito à escola convencional, se torna uma afronta ao Estado Capitalista, que até então não havia ofertado esse tipo de política pública (Escola Itinerante), ao contrário, historicamente, negou o direito ao acesso a escola as populações do campo.

A Escola Itinerante trouxe contribuições importantes para a organização do MST. Uma das colaborações se refere às discussões coletivas das famílias no acampamento, em relação ao tema: educação. Se num primeiro momento parte das famílias sem-terra, pôs em xeque a eficácia da Escola Itinerante, com a sua efetivação passaram a ter o direito de discutir sobre ela. As instâncias das quais eles faziam parte, avaliavam, questionava, cobravam, sugeriam e indicavam os educadores. Isto não era possível na forma anterior.

Outro aspecto positivo da experiência da Escola Itinerante foi despertar nos educadores, o gosto para o exercício do magistério. Dos que atuavam nos acampamentos Dez de Maio e José Abílio dos Santos, hoje passam de 20, os que prosseguiram seus estudos e estão atuando como professores em escolas do

município, ou do estado, em Quedas do Iguaçu. Ainda existem outros que concluíram o magistério Nível Médio, ou cursaram o Ensino Superior, que aguardam ingresso nas escolas, por Processo Seletivo, ou Concurso Público. É um dado significativo, se considerarmos que existiam pouco mais de 60 educadores permanentes nas duas escolas dos acampamentos.

Dentre os educadores que continuaram na função, dois jovens em especial, construíram uma trajetória bastante rica que gostaríamos de compartilhar. São os jovens, Adecir Rodrigues dos Silva e Charles Vieira. Os mesmos cursavam o Ensino Médio regular, no momento em que iniciou a Escola Itinerante, passaram a trabalhar como educadores. Esta escolha, fez com que o destino dos mesmos ganhasse um novo rumo.

A partir daí, eles ingressaram no magistério Nível Médio, o qual foi concluído em 2007. Em 2008, prestaram dois concursos para professores no município de Quedas do Iguaçu, nos quais foram aprovados e nomeados. No ano de 2009, assumiram a direção de escolas no assentamento, onde permaneceram por quatro anos. Em 2009, concluíram o curso de História, e em 2013, finalizaram o curso de Licenciatura em Educação do Campo. Foram aprovados nas três etapas do último concurso público para o magistério realizado no Paraná, e no momento, aguardam a nomeação.

Não se pode afirmar categoricamente, mas é muito provável que se não fosse à oportunidade proporcionada pela Escola Itinerante, os educadores Charles e Adecir, iriam exercer outro tipo de atividade. Mais do que isso, segundo depoimento dos mesmos, dificilmente teriam realizado algum tipo de curso universitário, e provavelmente não teriam ingressado na carreira do magistério. Dos jovens do acampamento com idade correspondente ou semelhante, uma parcela foi trabalhar na construção civil em Santa Catarina, outros trabalham como garçons em restaurantes de São Paulo e também em empresas ou firmas de Quedas do Iguaçu, não dando continuidade aos seus estudos.

No entanto o processo apresentado não nos mostra apenas conquistas. Apontam limites e desafios. No aspecto do ensino, seria muito cinismo dizer que não

ficaram lacunas. O fato dos educadores não possuírem formação de magistério, sem dúvida é um dos limitantes. Especialmente a parte da didática ficou bastante comprometida, e isso refletiu na aprendizagem dos alunos. Observou-se também, casos em que os educadores não possuíam perfil para o exercício da função. Outro aspecto observado é o caso dos educandos que vinham do Paraguai. O fato de estudarem em outra língua anteriormente dificultava a compreensão do português.

Em relação a infraestrutura, houve uma grande ineficiência por parte do Estado em fornecer materiais para a construção das escolas. Em vários momentos foi necessário a recorrer às finanças do acampamento e contar com a doação dos próprios educadores para viabilizar estrutura e materiais como: lápis, borracha, caderno, giz, para que as aulas ocorressem e os alunos não fossem prejudicados, neste aspecto, especialmente “prédios” e estradas, ainda hoje, temos muito que avançar.

Após completar quase dez anos de assentamento, ainda não foi construída nenhuma escola estadual. A única unidade, iniciada há três anos, está parada desde novembro do ano passado. Após vários desentendimentos da construtora com o governo do Estado, as obras pararam. Temos três escolas, funcionando em dualidade entre o estado e município nas antigas estruturas do período de acampamento. As mesmas foram reformadas para melhor atender os educandos.

Em relação ao município, cinco novas unidades escolares foram construídas com recursos do governo do Estado e contra partida da prefeitura, onde funcionam séries iniciais do Ensino Fundamental.

Duas novas unidades vindas do governo federal estão previstas para serem iniciadas este ano. Elas atenderão os alunos do estado. Estas novas unidades oferecerão melhores condições de trabalho aos professores e de estudo aos alunos, mas não significa que o problema da educação, esteja resolvido na sua totalidade. Os problemas com transportes são frequentes, especialmente em dias de chuva, pois as estradas estão em condições inadequadas para o tráfego nestes dias. Faltam cascalhos e readequação.

8. CONSIDERAÇÕES

A experiência pesquisada no acampamento Dez de Maio vai além da luta por escola. É na verdade uma luta dos camponeses pela cidadania, que garante o direito do acesso a terra, ao trabalho, a moradia, a educação, em fim, a qualidade de vida. Choca-se frontalmente com o atual modelo capitalista, na medida em que questiona o direito a propriedade privada, mandamento sagrado deste sistema, ao ocupar o latifúndio.

O processo analisado nos mostra que o Estado burguês, está sempre aquém das expectativas e das necessidades da classe trabalhadora. Isto não nos causa estranheza, se observarmos que desde sua origem, o Estado tem como princípio, ser um órgão opressor de uma classe sobre a outra, ou seja, da classe burguesa, em relação aos proletários. Para isso utiliza de forças como a polícia, o exército, conforme nos alertam Marques e Engels em o Manifesto do Partido Comunista. Neste mesmo escrito estes autores define o Estado como “comitê executivo da classe dominante para oprimir o proletariado, por meio dos seus aparelhos repressivos e burocráticos”. O estudo realizado nos mostra as lutas e o enfrentamento pelos integrantes do Movimento Sem Terra que se contrapõem a forma de organização deste modelo de estado capitalista-opressor, exigindo o direito do acesso a terra e a escola.

Em relação ao poder público municipal, no que tange a Escola Itinerante, observa-se que o mesmo, por um período de três anos, após a efetivação do assentamento, não quis arcar com os custos, no que se refere ao pagamento de pessoal que trabalhariam nas escolas. No entanto procurou manter sob seu controle o currículo, o planejamento e a parte pedagógica. Já o modelo adotado na Escola Itinerante de formação continuada; avaliação semanal; planejamento e replanejamento coletivo dos professores; não ocorreu. Isto interferiu diretamente na proposta de educação do MST, que tem como um de seus principais objetivos, a coletividade e a participação da comunidade e colegiados, o que conhecemos como gestão democrática.

Mesmo com os limites observados, a implantação da Escola Itinerante neste acampamento foi importante. Deve-se considerar que esta, era uma experiência pioneira no Paraná. Este passo inicial dado contribuiu, para que outros acampamentos implantassem o mesmo modelo, forçando o Estado a efetivá-la como “política pública”. Outro fator importante é que a partir das lições tiradas das primeiras experiências, foi possível um aperfeiçoamento e melhoria no método de condução da escola. Isto, no aspecto pedagógico, e também nas estratégias de pressões e negociações, que incluiu a ocupação no ano de 2013, da SEED, por sem terra de todo o Paraná, reivindicando melhoria na qualidade de ensino das escolas itinerantes.

Como lições mais importantes deste trabalho, ficou a certeza de que a efetivação do assentamento é apenas o primeiro passo da luta. Para fazer com que o mesmo se viabilize no sentido de oferecer melhor qualidade de vida aos assentados, é necessário que as famílias permaneçam mobilizadas, exigindo do Estado o cumprimento das políticas públicas.

Outra lição assimilada é de que a lei por si só, não garante a efetivação da mesma na prática. É necessária a vigilância, a cobrança, a pressão, para que ela saia do papel e torne-se uma realidade. Do contrário há o risco da mesma não ser implantada, ou ser cumprida em partes o que é prejudicial.

Há outra lição, Arroyo por meio do Souza nos ajuda compreender:

“O povo sempre foi visto como receptor agradecido de dádivas das elites compassivas, abrir uma escolinha rural era uma dádiva do fazendeiro ou do novo prefeito. Os povos do campo de agradecidos receptores de dádivas – a escola, a professora – passaram a sujeitos políticos coletivos, não pedintes, mas exigentes de políticas públicas. Um fato que inverte a lógica em que por séculos equacionamos as políticas públicas educativas para o povo” (ARROYO, 2006, p. 10 apud SOUZA, 2006).

Neste sentido a Educação do Campo hoje, deve ser compreendida no contexto da luta de classe. Ela já passou da primeira fase, se é que podemos assim dizer, onde se lutava pelo simples acesso a escola, somente por compreender que ela era direito do cidadão e obrigação do Estado. Hoje há uma compreensão bastante

avançada dentro dos movimentos sociais de que a libertação da classe trabalhadora passa essencialmente pela aquisição ou o acesso ao conhecimento.

9. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia da Terra**. Porto alegre: Vozes, 1999.

ROOS Djoni, O Aprendizado e Resistência Camponesa nos Acampamentos e Assentamentos Sem-Terra em Quedas do Iguaçu. 2010

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. São Paulo: Fundação Perseu Abrano, 1998.

MST, **Itinerante: a Escola dos Sem Terra – Trajetórias e significados**. São Paulo, 2010..

MST, Setor de Educação. **Pesquisas Sobre a Escola Itinerante: Refletindo o Movimento da Escola**. Curitiba, 2009.

MST, Setor de Educação. **Pesquisas Sobre a Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências**. Curitiba, 2008.

MST, Setor de Educação. **Escola Itinerante uma prática pedagógica em acampamentos**. Porto Alegre, 2002.

MONTEIRO, Gilmar. **O Maior Assentamento Sem Terra do Brasil Num dos Maiores Latifúndios do Paraná**, Ijuí: UNIJUI, 2001.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agraria no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.